



**CONSELHO DA  
UNIÃO EUROPEIA**

**Bruxelas, 15 de Julho de 2008  
(OR. en)**

**10100/1/08  
REV 1**

**COPEN 109**

**ACTOS LEGISLATIVOS E OUTROS INSTRUMENTOS**

---

Assunto: Declaração da República Federal da Alemanha sobre a decisão-quadro do Conselho relativa a um mandado europeu de obtenção de provas destinado à obtenção de objectos, documentos e dados para utilização no âmbito de processos penais

---

## Declaração da República Federal da Alemanha

Quando a execução do mandado europeu de obtenção de provas ao abrigo da Decisão-Quadro ... do Conselho, de ...<sup>\*</sup>, relativa a um mandado europeu de obtenção de provas destinado à obtenção de objectos, documentos e dados para utilização no âmbito de processos penais<sup>1</sup> implicar a busca ou a apreensão de material, a República Federal da Alemanha reserva-se o direito, nos termos do n.º 4 do artigo 23.º da referida decisão-quadro, de fazer depender a execução da verificação da dupla criminalização no caso das infracções relacionadas com o terrorismo, a cibercriminalidade, o racismo e a xenofobia, a sabotagem, a extorsão de protecção, a extorsão e a burla, enumeradas no n.º 2 do artigo 14.º da referida decisão-quadro, a menos que a autoridade emitente tenha declarado que a infracção em questão preenche os critérios a seguir indicados nos termos da legislação do Estado emitente:

### Terrorismo:

- um acto que constitua uma infracção na acepção e conforme definido na Convenção Internacional para a Repressão dos Actos de Terrorismo Nuclear, de 13 de Abril de 2005, e da Convenção Internacional para a Eliminação do Financiamento do Terrorismo, de 9 de Dezembro de 1999, ou de um dos tratados enumerados no respectivo anexo, ou
- um acto a criminalizar nos termos da Decisão-Quadro 2002/415/JAI do Conselho, de 13 de Junho de 2002, relativa à luta contra o terrorismo<sup>2</sup>, ou
- um acto a proibir nos termos da Resolução 1624 (2005) do Conselho de Segurança das Nações Unidas de 14 de Setembro de 2005.

---

<sup>\*</sup> JO: inserir número de ordem e data da decisão-quadro em causa.

<sup>1</sup> JO L ...

<sup>2</sup> JO L 164 de 22.6.2002, p. 3.

Cibercriminalidade:

Infracções tal como definidas na Decisão-Quadro 2005/222/JAI do Conselho, de 24 de Fevereiro de 2005, relativa a ataques aos sistemas de informação<sup>1</sup>, ou no Título 1 da Secção I da Convenção Europeia sobre a Cibercriminalidade de 23 de Novembro de 2001.

Racismo e xenofobia:

Infracções tal como definidas na Acção Comum 96/443/JAI do Conselho, de 15 de Julho de 1996, relativa à acção contra o racismo e a xenofobia<sup>2</sup>.

Sabotagem:

Actos que de forma ilícita e intencional causem graves danos a uma instalação governamental, a qualquer outra instalação pública, a um sistema de transportes públicos ou a outras infra-estruturas, que dêem ou possam dar origem a prejuízos económicos consideráveis.

---

<sup>1</sup> JO L 69 de 16.3.2005, p. 67.

<sup>2</sup> JO L 185 de 24.7.1996, p. 5.

Extorsão de protecção e extorsão:

O facto de exigir, por meio da ameaça, uso da força ou qualquer outra forma de intimidação, bens, promessas, rendimentos ou a assinatura de qualquer documento que contenha ou que se traduza numa obrigação, alienação ou quitação.

Burla:

A utilização de nomes ou títulos falsos ou o recurso a meios fraudulentos para abusar da confiança ou da boa fé de uma pessoa com o objectivo de se apropriar de um bem pertencente a outrem.

---